

## Acórdão nº 9.522/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 12.207.2008-30-TCE (C/ 02 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, exercício de 2007  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Antonio Monteiro Neto  
**RELATOR:** Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico. Irregularidade. Multa sanção.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, de responsabilidade do Senhor **Antonio Monteiro Neto** – Secretário de Estado à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; **2) aplicar multa sanção** ao Senhor **Antonio Monteiro Neto** – Secretário de Estado à época, no montante de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, incisos I e II, especialmente pelas infrações às Leis Federais nºs 4.320/1964 e 8.666/1993, em face dos contratos firmados para serviços de consultoria destinados ao curso de formação de novos policiais civis e bombeiros terem extrapolado o limite previsto no inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, por terem sido ajustados com o mesmo profissional e para execução dos mesmos serviços, sem a comprovação dos requisitos legais para o competente enquadramento nos casos de dispensa ou inexigibilidade; **e 3) notificar** o Senhor **Antonio Monteiro Neto** – Secretário de Estado à época, para **comprovar perante esta Corte de Contas o recolhimento aos cofres públicos da quantia correspondente à multa** cominada, tudo nos termos do art. 58, inciso III, alínea “a”,

**(Acórdão nº 9.522/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)**

da Lei Complementar Estadual nº 38/93, ficando, desde já, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b”, da supramencionada lei. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** deste processo. Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira-Presidenta Naluh Maria Lima Gouveia e o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 05 de maio de 2016**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Presidente do TCE/AC, neste feito

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC